

---

## COMUNICADO

### *SEGURANÇA DO SISTEMA INFORMÁTICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA*

---

Nos últimos dias, foi divulgado o relatório de uma investigação desenvolvida por uma empresa portuguesa (disponível em [www.trusted.pt](http://www.trusted.pt)) a um ataque já noticiado aos sistemas informáticos de alguns organismos do Estado Português.

Esse relatório vem confirmar que o sistema informático do Ministério da Justiça é altamente vulnerável a intrusões graves que podem ter as mais diversas finalidades.

A investigação, que se dirigiu apenas a uma rede de espionagem digital (conhecida por *GhostNet*), afirma ter encontrado nessa rede dados altamente sensíveis retirados de diversos computadores do Estado Português, nomeadamente 7.9 GB de informações de computadores da rede do Ministério da Justiça, incluindo:

- ⌘ documentos descritivos de procedimentos, configurações e topologias dos principais serviços do Ministério da Justiça, incluindo passwords de acesso remoto a servidores;
- ⌘ diversos ficheiros de processos (que terão sido retirados de computadores de juízes ou funcionários);
- ⌘ emails e documentos de juízes e procuradores;
- ⌘ documentos relacionados com o Ministério Público;
- ⌘ ficheiros da Polícia Judiciária, nomeadamente de procedimentos de trabalho;
- ⌘ aplicações informáticas, como o Habilus.

Recorde-se que os dados de todos os processos-crime, incluindo as investigações em segredo de justiça (com excepção de algumas secções do DIAP de Lisboa), constam do Habilus!; todos os magistrados utilizam computadores ligados à rede do Ministério da Justiça!

Se a intrusão pode ser feita desde a China, pode ser feita de qualquer parte do mundo, incluindo Portugal; se pode ser feita por esta rede de espionagem, pode ser feita por qualquer outra entidade; se

esta rede tinha na sua posse 7.9 GB de informações, quanta terá já sido retirada por todos os potenciais interessados no nosso sistema?!

Desde há muito que o SMMP vem alertando para os evidentes sinais de que o sistema informático do Ministério da Justiça (redes, terminais e programas) não tem a segurança que deve ter um sistema que contém informação tão importante e sensível como a desse. Repetidamente, defendemos a realização de uma auditoria externa, por empresa credível, à segurança do sistema. Até hoje, sempre fomos ignorados. A denúncia agora feita reforça claramente os receios existentes.

É absolutamente insustentável continuar a pedir confiança aos magistrados do Ministério Público na utilização do equipamento e programas informáticos do Ministério da Justiça, incluindo o Habitus/Citius. Acabou o tempo de ter fé! Há que ter certezas! Impõe-se realizar rapidamente a auditoria externa à segurança do sistema e tomar todas as precauções possíveis para o defender. Sabemos que não há sistemas perfeitos e impenetráveis, mas não podemos continuar com um de “amadores”. O Governo defende a segurança da nossa “casa”, mas aparentemente esta está protegida por uma simples fechadura e a chave foi deixada do lado de fora...

O sistema, tal como se apresenta, está exposto a todo o tipo de devassa e intromissão, e é a Justiça, como pilar fundamental do Estado de Direito Democrático, que falece perante interesses de vária ordem.

O que começa a estar em causa é o próprio Estado, minado nos seus alicerces.

Os responsáveis políticos deste país têm de ser responsáveis e responsabilizados!

O SMMP não se conforma nem conformará com os caminhos que estamos a trilhar.

Passado o período eleitoral, é imperativo que o Governo e o Ministério da Justiça assumam finalmente todas as suas responsabilidades e reconheçam todas as fragilidades do sistema que, com autismo, foram construindo e implementando, e iniciem o caminho de construção de um sistema informático – hardware e software – que, com segurança, satisfaça as necessidades de todos que trabalham no sistema de Justiça.

Até lá, o SMMP aconselha veementemente que se pondere a imediata suspensão de todos os programas informáticos em utilização, única forma de salvaguardar a informação criminal.

Do mesmo modo, se apela veementemente aos partidos com representação parlamentar para que, de uma forma séria e exhaustiva, exerçam os seus poderes de fiscalização e assumam medidas para pôr fim ao clima de desconfiança e insegurança que, no que nos interessa, reina no mundo judiciário.

13 de Outubro de 2009

*A Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público*